

O desenvolvimento da região nordeste: uma abordagem econômica e ambiental

Northeast development: an economic and environmental approach

Jacimone Delfino de Sousa^{1*}, Felipe Cesar da Silva Brito², Décio Carvalho Lima³, Altevira Paula de Medeiros⁴; Anna Catarina Costa de Paiva⁵, Patricio Borges Maracaja⁶

Resumo: A região Nordeste do Brasil é indiscutivelmente repleta de riquezas naturais, sua posição geográfica e abundância em terras agricultáveis favoreceram sua ocupação desde a colonização, onde as relações comerciais iniciaram-se tocante à economia brasileira, tendo todas as condições favoráveis para que hoje fosse uma região desenvolvida economicamente. Entretanto, para um maior entendimento da região Nordeste e de sua realidade atual faz-se necessária uma breve abordagem econômica e ambiental, considerando-se ser uma região economicamente atrasada e carente que durante muito tempo perdeu sua posição de liderança para o Centro-sul, levando-se em conta seus aspectos econômicos e ambientais. Concluindo-se que durante quase todo o século XX, predominou-se uma visão negativa em relação sua formação econômica, no entanto atualmente enfatizando o seu desenvolvimento, podemos concluir que está havendo de fato um processo de inflexão econômica em relação ao Centro-sul.

Palavras-chave: Região Nordeste. Agricultura. Setores Econômicos. Seca.

Abstract: The Northeast of Brazil is unquestionably full of natural resources, its geographic position and abundance in cropland favored its occupation since colonization, being the place where it all began regarding the Brazilian economy, of all favorable conditions for today were highly productive. But today Brazil's Northeast region is arguably full of natural resources, its geographic position and abundance in arable land favored their occupation since colonization, where commercial relations were initiated regarding the Brazilian economy, of all favorable conditions for today were a region developed economically. However, for a better understanding of the Northeast and its current reality it is necessary a brief economic and environmental approach, considering it to be an economically backward and poor region that has long lost its leading position to the South Centre, taking into account their economic and environmental aspects. Concluding that for most of the twentieth century, prevailed up a negative view of it in its economic training, however currently focusing its development, we can conclude that there is in fact a process of economic inflection towards the Centre-South.

Key words: Northeast Region. Agriculture. Economic sectors. Drought.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 02/12/2016; aprovado em 09/02/2017.

1 Graduada em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP/PB. E-mail: jacimone09@hotmail.com

2 Mestre em Ciência Econômicas pela UFCG. E-mail: felipecesar701@gmail.com

3 Mestre em Sistemas Agroindustriais pela UFCG. E-mail: decio.lima@gmail.com

4 Biólogo M. Sc. da UFERSA – Mossoro – RN E-mail: altevirpaula@ufersa.edu.br

5 Eng Agrônoma e M. Sc. pelo PPGSA – CCTA – UFCG – Pombal – PB E-mail: ann.paiva@hotmail.com

6 D. Sc Prof do PPGSA – CCTA – UFCG – Pombal – PB E-mail: patriciomaracaja@gmail.com

INTRODUÇÃO

A seca é um fenômeno natural, econômico e social de grande complexidade, de acordo com Andrade (1988) constante na evolução do Nordeste nas sub-regiões do Sertão e do Agreste nordestino estando sujeitas as secas periódicas, com a predominância do clima Semiárido devido a sua própria localização geoclimática, que acaba comprometendo a produção econômica da região, cuja base está centrada na agricultura e pecuária, quando se prolonga por períodos iguais ou superiores há um ano, representa uma verdadeira catástrofe, uma vez que secam os reservatórios, morrem as plantações, devastando rebanhos e levando a migração de seus habitantes, em busca de sobrevivência.

Sendo a estiagem um problema climático, que se manifesta economicamente, deixando os pequenos produtores em estado de penúria, obrigando o governo a tomar medidas preventivas no socorro aos flagelados, levando a necessidade de se rever o processo de desenvolvimento da região, principalmente das políticas voltadas para geração e adoção de tecnologias para convivência do homem com a seca. Embora haja na região Semiárida do Nordeste diversas instituições políticas de pesquisa voltadas, principalmente para agricultura, há a necessidade da implantação de políticas públicas permanentes, a fim de amenizar o problema da seca no Nordeste do Brasil.

Abordagem geral da região Nordeste

O Nordeste do Brasil apresenta-se como uma vasta região em termos geográficos, econômicos e demográficos, superpovoada, apesar da imagem que se faz nos centros mais desenvolvidos do país, possui grande importância econômica e social. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), no Brasil possui 190.755.799 habitantes, dos quais 53.081.950 são nordestinos. Esses números fazem com que o Nordeste seja a segunda região mais populosa do país, superada somente pelo Sudeste.

Apesar de a região possuir de acordo com o autor uma população relativa (cerca de 34,1 hab./km²), sua densidade demográfica é baixa, isso acontece pelo fato da região ocupar uma extensa área territorial, onde vivem 29% de toda a população nacional, originando-se aproximadamente 14% da produção nacional total medida pelo PIB, 12% da produção industrial e quase 21% da produção agrícola.

A região Nordeste do Brasil é constituída por nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, apresentando uma enorme irregularidade quanto a distribuição demográfica dentro do território, de modo que há Estados bastante povoados e outros com menor número de habitantes.

Com uma área de aproximadamente, um milhão de quilômetros quadrados (1.548.672 km²), conforme IBGE (2010) que corresponde a cerca de 20% do território brasileiro, dos três complexos regionais¹, a região Nordeste é a que apresenta a maior extensão litorânea, estando muitas de suas principais cidades e capitais localizadas no litoral, cujo povoamento teve início na primeira metade do século XIV.

Além disso, a maioria da população dos Estados nordestinos concentram seus habitantes nos grandes centros urbanos estabelecendo-se nas áreas litorâneas, onde as unidades da federação do Nordeste mais Populosas são: Bahia, Pernambuco e Ceará, que de acordo com dados do

IBGE (2010), correspondem por 60% do total da população regional. E apresentam, respectivamente, a seguinte densidade demográfica: 24,8 hab./km², 89,6 hab./km² e 56,7 hab./km². Ao longo da costa nordestina habitam aproximadamente 32 milhões de pessoas, tendo em vista que as maiores cidades encontram-se nessa faixa.

Esta extensa área de acordo com Cerqueira (1983) se subdivide em quatro sub-regiões, a saber: Meio-Norte (constitui uma área de transição entre o Norte e o Nordeste do Sertão, sua economia baseia-se no extrativismo vegetal e na agricultura); Zona da Mata (considerada a mais povoada e industrializada, seu clima é tropical com chuvas abundantes, sujeitas a grandes inundações); Agreste (é uma faixa de terra bastante estreita, está localizada entre o Sertão semiárido e a Zona da Mata úmida, onde predomina grandes propriedades, prevalecendo os minifúndios, tendo como atividade a agricultura desenvolvida sob forma de policultura aliada a pecuária leiteira); O Sertão (é a maior das sub-regiões nordestinas, correspondem as terras do interior de clima semiárido, as atividades desenvolvidas são a pecuária de corte e a agricultura de subsistência, caracterizando-se por ter um clima quente e seco com baixos índices pluviométricos de 300 a 500 mm por ano, que frequentemente é assolada por grandes secas).

O relevo nordestino é caracterizado por planaltos, depressões e planícies, na porção oeste, estão localizados os planaltos e chapadas da bacia do Rio Parnaíba (Chapada Diamantina), na região central, está a depressão que ocupa a maior parte do Nordeste, causada pelo Rio São Francisco, no litoral está as planícies e tabuleiros, na parte leste o planalto da Borborema, que é um dos principais responsáveis pela seca, pois impede as chuvas de chegarem ao sertão, e na divisa entre os Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí está a chapada do Araripe.

A região Nordeste apresenta uma vegetação que reflete fielmente as suas características climática, uma área em que o clima é o tropical, com altas temperaturas o ano todo, uma estação de seca e outra chuvosa, a vegetação encontrada é o cerrado, caracterizada por árvores de pequeno porte e arbustos, nessa faixa de terra em que se encontra o clima semiárido, predominando a caatinga, bioma considerado exclusivo do Brasil.

Esta região é vista como a região problema do Brasil, pois quando se fala em miséria, em pobreza absoluta e secas periódicas, pensa-se logo na região Nordeste. Entretanto, se fosse um país independente sua balança comercial não era deficitária, já que o Nordeste produz importantes produtos para a economia nacional e também boa parcela de produtos agrícolas para exportação, tendo um bom desempenho econômico, que vem melhorando gradualmente nos últimos anos:

[...] Nas décadas de 1960,1970 e 1980, o Nordeste foi à região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país, [...]. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento do país, em cerca de 10%; e, entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o Japão no mesmo

período (5,5% ao ano).
(ARAÚJO, 2000, p.167)

Cabe destacar, que segundo dados do IBGE (2010), na região residem 23% da população urbana do Brasil e 46% de sua população rural, rica em terras férteis que bem administrada e cultivada pode produzir não só para o consumo, como também para o mercado interno e externo, mudando significativamente sua imagem frente ao cenário nacional de região problema, inviável e subdesenvolvida, com altos índices de miséria, provocada pelos contrastes da má distribuição de renda, além dos efeitos cruéis causados pelos longos períodos de estiagem.

O dinamismo econômico da região Nordeste (setores econômicos)

Nas últimas décadas, a economia nordestina experimentou mudanças estruturais significativas, que foram acompanhadas por alterações quantitativas no nível de renda e no padrão de vida da população nordestina, que segundo Araújo (2000), a partir dos relatórios elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), tendo como coordenador Celso Furtado. O ambiente econômico da região Nordeste foi substituído por um processo de inflexão econômica em relação ao Centro-sul, que era detentora de todo o desenvolvimento nacional.

Constata-se que, nas décadas anteriores a característica mais importante da base produtiva instalada na região Nordeste era o fraco dinamismo econômico, enquanto a indústria era comandada pelo crescimento econômico do Sudeste, o velho setor primário exportador da região Nordeste era responsável pelo fornecimento de matéria prima com baixo custo e mão de obra pouco qualificada para o Centro-sul, dando mostras da sua incapacidade de continuar a impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

Dentro desse ambiente de inflexão e de transformações estruturais, dois aspectos chamam a atenção, mostrando as dificuldades encontradas na região: o primeiro, apesar das mudanças estruturais experimentadas pela economia nordestina, beneficiando-se inclusive dos efeitos da integração das economias internacionais, segundo Amaral Filho (2011) a participação da região Nordeste no conjunto do PIB, não alterou entre 1995 e 2005, pelo contrário, caiu para 13,1%.

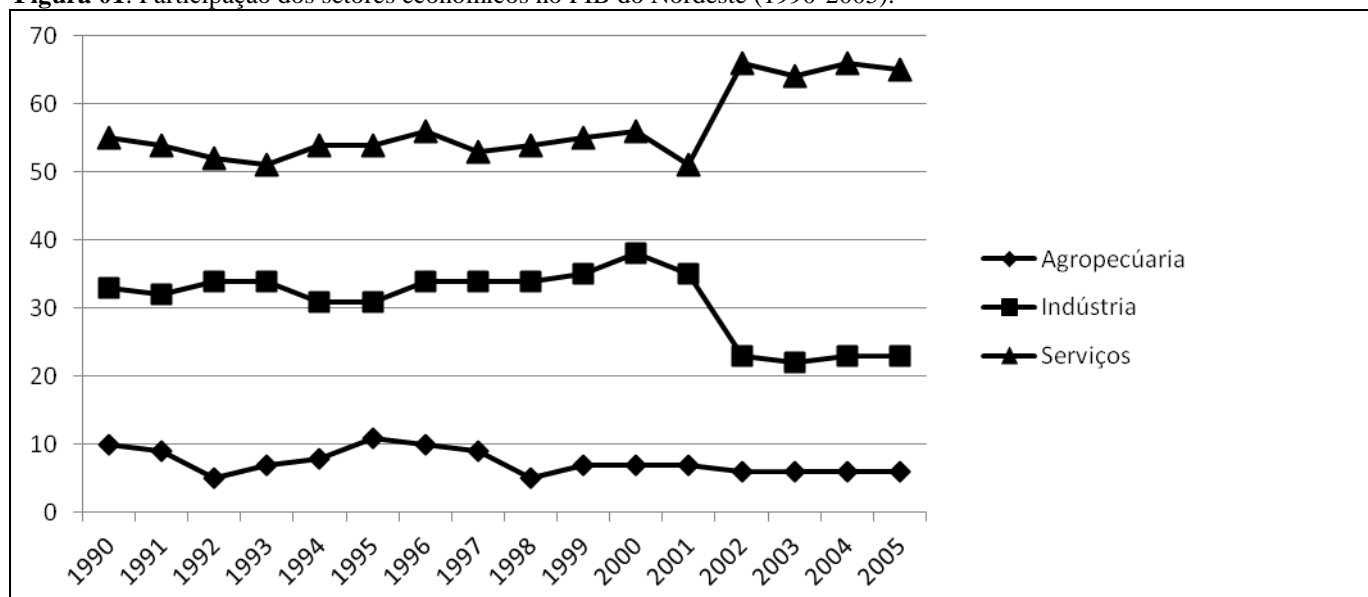
O segundo aspecto diz respeito ao fenômeno das secas que assola a região Nordeste, impedido a mesma de desenvolver-se principalmente o setor primário cuja base está centrada na agricultura e pecuária, sendo afetado também o setor secundário (setor industrial), que por sua vez necessita das matérias primas do setor primário, e o setor terciário (setor de serviços) pelo fato de ser resultado da integração do setor primário com o secundário, a seca é um dos principais fatores que entravam o desenvolvimento econômico da região Nordeste, principalmente no que diz respeito ao seu PIB.

Setor primário (base econômica da região Nordeste)

O setor primário engloba as atividades exercidas próximas as bases dos recursos naturais (agropastoris e extrativas), que encarado sob o ângulo do emprego, observa-se que seu papel difere radicalmente das nações desenvolvidas ou atrasadas. De acordo com Freitas (2014), o setor agrícola do Nordeste gerou, em 2004, uma produção cujo valor alcançou R\$ 18,8 bilhões. Para tanto, adquiriu R\$ 4,2 bilhões em produtos intermediários dos outros setores econômicos e do próprio setor agrícola.

É o setor primário que fornece matérias-primas para a indústria de transformação, sendo vulneráveis declínios em sua produção decorrentes dos fenômenos naturais. A produção e exportação dessas matérias-primas poderiam gerar relativamente muitas riquezas para o Brasil, porém estes produtos não possuem valor agregado como ocorre, por exemplo, com os produtos industrializados, no entanto [...] o Setor Primário desenvolve-se nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste: nas plantações de soja, milho e cana-de-açúcar são usadas muitas máquinas, e a especialização tem que ser grande para operá-las. Nas regiões Norte e Nordeste (principalmente), ainda há o predomínio de agricultura de subsistência, para baixos índices de produção e, muitas vezes, com altos níveis de desperdício de alimentos na hora da comercialização (ARAÚJO, 2000, p.147).

Na região Nordeste os problemas são basicamente os mesmos para toda a agricultura brasileira, apesar de torna-se mais evidentes do que outras partes do país, por está sujeita a fortes períodos de seca que pioram as condições dos trabalhadores agrícolas. Os períodos de secas apenas tornam mais evidentes as condições estruturais da produção agrícola da região, dos trabalhadores rurais e as dificuldades da agricultura de subsistência, como se observa na Figura 01.

Figura 01: Participação dos setores econômicos no PIB do Nordeste (1990-2005).

Fonte: (INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPEA; AMARAL FILHO 2011)

Considerando-se a atual estrutura do produto interno regional o Nordeste apresenta-se como uma economia de características terciárias no período analisado no gráfico 01, é evidente que a análise dos outros setores revela que a região ainda mantém-se com nítido perfil de economia subdesenvolvida, nesse período a participação relativa do setor primário experimentou uma queda dramática em todos os estados da região Nordeste, entre o período de 1990 a 2005, recuando para uma faixa de 5% e 8% do PIB, observando-se também a reduzida participação do setor secundário, entre os anos de 2001 a 2005, recuando para uma faixa de 35% e 20%, principalmente na produção do produto total do PIB.

O declínio deste setor está no fato de que esses Estados, principalmente aqueles com a predominância semiárida, são frequentemente assolados por períodos de grande estiagem, principalmente nos anos de 1992 e 1998, período em que ocorreram grandes secas, perdendo assim sua posição relativa na economia brasileira, sendo grande parte de seu rebanho decimado, pela falta d'água e alimentos, sem condições de enfrentar os períodos de estiagem.

Atualmente graças a ações do governo federal voltadas para a agricultura irrigada e para o desenvolvimento agrícola e agropecuário a região Nordeste vem modernizando-se, principalmente no quesito de convivência com as secas que é o fator de entrave para que de fato o desenvolvimento do setor primário aconteça.

Setor secundário (a industrialização nordestina)

A industrialização do Nordeste está diretamente vinculada à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Essa foi uma iniciativa do governo federal, a partir do desenvolvimento de infraestrutura e de incentivos, buscando atrair capitais privados para a região. Nos últimos anos, a região Nordeste tem de fato atraído elevados investimentos para esse setor econômico, diante o processo de desconcentração econômica em relação ao Centro-sul.

Além disso, a atividade industrial da região está em ascensão, isso acontece em decorrência de melhorias ocorridas nas indústrias nativas e da chegada de inúmeras empresas oriundas de outras partes do país, especialmente do Sudeste, destacando-se também a extração mineral.

A migração de empresas para a região se deve principalmente pelo fato do Nordeste possuir abundante mão-de-obra e de baixo custo, sem contar que muitos Estados nordestinos oferecem incentivos fiscais para as empresas interessadas. Além disso, muitas empresas aproveitam o fator da proximidade com as fontes de matéria-prima, como cana-de-açúcar, algodão, frutas, cacau e tabaco, isso para fabricação dos respectivos produtos: açúcar e álcool, têxtil, sucos, chocolates e charutos. (FREITAS, 2014).

No seguimento industrial nordestino há uma hierarquia entre os principais produtores, sendo que o Estado da Bahia é o primeiro, seguido pelo Ceará e Pernambuco, tendo os outros Estados uma relação econômica significativa diante o cenário nacional. Segundo Bigotto (2009) a política de industrialização da região Nordeste levou a criação de grandes centros industriais como: o parque industrial baiano atualmente conta com o Polo Petroquímico de Camaçari/BA, que iniciou suas operações em 1978, sendo o primeiro complexo petroquímico planejado do país, onde está localizada a Refinaria Landulfo Alves e o Centro Industrial de Aratu, na região metropolitana de Salvador/BA, é o maior complexo industrial integrado do hemisfério Sul. Abriga diversas indústrias químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividades como indústrias automotivas, de celulose, metalurgia, de cobre, têxtil, bebidas e serviços, gerando mais

oportunidades de emprego e renda para a região Nordeste; no Estado do Ceará, destaca-se a produção industrial de máquinas, materiais elétricos, tecidos, calçados, bolsas, alimentos e álcool. O Terminal Portuário do Pecém/CE, tendo como objetivo viabilizar a operação de um complexo com características de Porto Industrial, cuja missão é incrementar o transporte intermodal de cargas na região, pela oferta de infraestrutura, de programas, de sistemas e de parcerias que resultem em desenvolvimento sócio econômico para o Estado do Ceará, contando com uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), onde serão instaladas uma siderúrgica e uma refinaria de petróleo; O Polo Calçadista do Cariri concentra 162 indústrias calçadistas do Estado, esse polo compreende os municípios de Crato/CE, Juazeiro do Norte/CE e Barbalha/CE, sendo o maior polo calçadista do Norte/Nordeste; em Pernambuco, os incentivos fiscais oriundos principalmente do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), favoreceram os municípios da região metropolitana do Recife/PE, onde concentram-se principalmente indústrias de material elétrico, mecânica, têxtil, cimento, além do Polo Industrial e Portuário de Suape que abriga empresas como o Estaleiro Atlântico Sul, o maior estaleiro do hemisfério Sul, a central de logística da General Motors, a refinaria Abreu e Lima, e a Fiat que lançou em Suape, no final de 2010, sua nova fábrica, a terceira da marca na América Latina, que encontra-se em instalação gerando cerca de 3.000 empregos diretos.

Apesar do incremento na produção industrial da região Nordeste, a mesma necessita de melhorias, pois suas indústrias não se encontram diversificadas. A distribuição das indústrias ao longo dos Estados da região restringe-se a algumas áreas, fazendo com que cidades adentradas no interior permaneçam excluídas do desenvolvimento. Principalmente as regiões do sertão onde os níveis de investimento são menores devido as secas, e por localizar-se longe dos portos dificultando o escoamento das mercadorias.

Setor terciário (produção de bens e serviços)

O setor terciário abrange os serviços em geral como comércio, armazenagem, transportes, sistema bancário, saúde, educação, telecomunicações, fornecimento de energia elétrica, serviços de água, esgoto e administração pública. A importância relativa de cada um dos setores no produto total da economia de um país é bastante variável e determina o grau de desenvolvimento econômico de uma nação. Nas economias subdesenvolvidas, predominam as atividades primárias, sendo precário o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, presentes nos países desenvolvidos.

O setor terciário revelou-se como o mais dinâmico da economia nordestina [...] Não se pode esquecer que esta grande importância relativa do setor terciário tem, como contra partida o setor público, que se verifica tanto no que se refere á formação do produto setorial, como também no que diz respeito ao nível de emprego. (OLIVEIRA et al., 1995, p.16-17)

Não há dúvidas de que o setor terciário da região Nordeste tem uma posição destacada no conjunto de outros setores da economia regional, ao ser analisada a estrutura do setor terciário nordestino, considerando os segmentos que a compõe, verificam-se algumas particularidades que merecem destaque. Porém, as dificuldades de desenvolvimento da região Nordeste, principalmente na região semiárida, onde a predominância da escassez de chuvas faz com que as políticas implantadas sejam meramente assistencialistas, impedindo o desenvolvimento do setor terciário, principalmente no que compete aos serviços ficando restritos a uma minoria detentora do capital.

O significativo dinamismo econômico ocorrido no setor terciário da região Nordeste a partir dos anos 80 possibilitou que a região alcançasse substancial dimensão nacional e internacional em relação a sua capacidade de produção de bens e serviços finais. Comparando-se o valor do PIB do Nordeste com o dos principais países da América Latina, constata-se que a área nordestina atingiu relevante importância em relação a produção de bens e serviços.

Um dos maiores seguimentos do setor terciário é o campo da ciência e tecnologia, que no Nordeste brasileiro está em pleno processo de crescimento e expansão, desde o final da década de 1990. Cidades nordestinas estão recebendo reconhecimento nacional e internacional pelos seus polos, centros e institutos tecnológicos. Segundo Freitas (2014), de Recife/PE, que abriga o Porto Digital, um polo de desenvolvimento de softwares, que é reconhecido como o maior parque tecnológico do Brasil em faturamento e número de empresas, e no interior da Paraíba, Campina Grande/PB ganha relevância como uma das nove cidades de destaque no mundo que apresentam um novo modelo de centro tecnológico, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

No entanto, atualmente o setor terciário da região Nordeste tem se diversificado bastante, sendo o que mais cresce nas últimas décadas. Englobando os mais diversos seguimentos e as novas tecnologias, sua importância dá-se pela essência de desenvolvimento econômico que aumenta a competitividade interna e internacional, gerando empregos qualificados e acelerando o progresso tecnológico da região Nordeste.

As disparidades sociais na região Nordeste

A desigualdade social expressa a desigual evolução espacial do capitalismo em um país. Na ausência de políticas de desenvolvimento regional, o livre jogo concorrencial tende a criar desníveis regionais e urbanos, principalmente em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil com suas disparidades econômicas entre o Centro-sul e o Nordeste. As atividades econômicas têm composições, organizações hierárquicas e dinâmicas que se diferenciam geograficamente e influenciam na composição da divisão inter-regional do trabalho e das estruturas sociais desiguais entre as mesmas.

Os indicadores econômicos e sociais mostram que o desenvolvimento da região Nordeste é inferior ao restante do país, discriminando-se na região uma série de razões da dívida social, dentre as quais a formação histórica, herança colonial, a concentração econômica do Centro-sul e principalmente as secas que assolam a região, contribuindo para uma intervenção governamental apenas assistencialista, favorecendo grupos econômicos.

Nesse ponto, foi decisivo o encontro de Celso Furtado com o presidente Juscelino Kubitschek no palácio Rio Negro em Petrópolis (1959) ocasião em que foram discutidos os problemas nordestinos, num ambiente de brainstorm, sob os estímulos dos impactos desastrosos da grande seca de 1958 e dos referidos movimentos populares. Neste encontro Celso Furtado levantou críticas aos tipos de intervenção federal na região Nordeste, colocando que tais políticas estavam contribuindo para consolidar estruturas arcaicas no lugar de removê-las, inviabilizando o desenvolvimento da região, e aumentando as desigualdades entre o Nordeste e o centro-sul. (AMARAL FILHO, 2011, p.49).

Nestes termos, os argumentos de Celso Furtado contrapõem-se radicalmente aos argumentos predominantes até então na região Nordeste, de que a seca é um problema e que a política hídrica é a saída para tal problema. As condições sociais da população nordestina são desiguais e muitas tendências gerais não se reproduzem de maneira idêntica em todos os Estados ou nas áreas urbanas e rurais da região. A riqueza é muito concentrada no Nordeste, sendo os contrastes sociais enormes, além disso, nas últimas décadas a dinâmica das transformações das bases produtivas instaladas na região foram mais intensas e profundas que as alterações na melhoria da qualidade de vida dos nordestinos.

Recentemente, a contribuição ao crescimento econômico despontado no Nordeste, inclui outras políticas do Estado nacional desenvolvidas nos últimos anos, especialmente no Governo Lula, segundo Freitas (2014) direcionadas, sobretudo, para as populações de baixa renda da região, destacando-se os Programas responsáveis por mobilizar renda as famílias de menor poder aquisitivo, que viviam em condição de pobreza extrema e cujos recursos aportados pelo Estado brasileiro possibilitaram uma relativa melhoria de vida dessa população, ao mesmo tempo em que contribuíram para dinamizar as frágeis economias locais com os recursos monetários destinados as famílias carentes.

Embora na região Nordeste a evolução dos principais indicadores sociais revelam que nas duas últimas décadas houve melhoria nos níveis gerais de vida, principalmente a partir do processo de inflexão econômica em relação ao Centro-sul, essa melhoria deu-se num ritmo muito inferior ao dinamismo da produção. Embora haja na região Nordeste políticas de desenvolvimento recente, a seca continua sendo um problema social agudo, levando praticamente toda a população de trabalhadores rurais e pequenos produtores a buscar os programas assistencialistas do governo a cada estiagem.

Fluxo migratório e a questão fundiária na região Nordeste

A migração consiste na mobilidade da população em diferentes épocas, é um fenômeno inerente a própria história do homem e seu estudo, bastante relevante, dada a importância social, econômica e política que a envolve. Seu desenvolvimento é condicionado por diversos fatores, como a natureza hostil, razões de sobrevivência, a sede tipicamente humana de conhecer o novo.

Desde os primórdios, a história do homem está intimamente ligada às migrações, que a partir de origens humildes e numericamente insignificantes em contextos geográficos forçosamente restritos, foi conquistando e alargando seu espaço vital. A dinâmica migratória processa-se de acordo com as novas formas de desenvolvimento, impostas

a partir da industrialização e urbanização das cidades, com destaque para a migração rural - urbana.

As migrações podem ser classificadas sob diversos enfoques que podendo ser (quanto ao tempo e ao espaço), que segundo Carvalho (1979) pode ser de dois tipos externas e internas: migrações internas são aquelas ocorridas dentro de um mesmo país, dividindo-se as migrações internas em duas categorias: intra- regionais ou de curta distância - aquelas que se desenvolvem entre municípios de um mesmo Estado ou entre Estados de uma mesma região geográfica e inter-regionais ou de longa distância - aquelas que se dão entre municípios ou Estados de diferentes grandes regiões, essa última categoria tem um significado mais abrangente, pois representam fluxos mais consistentes, oriundos de regiões críticas do país dirigindo-se para regiões de forte atração; migrações externas ou internacionais, quando implicam a travessia de uma ou mais fronteiras internacionais. Porém, grande parte das migrações não tem caráter legal, são aquelas promovidas ou permitidas pelos governos.

A região Nordeste é caracterizada pelas migrações internas, onde milhões de nordestinos migraram para o Centro-sul, com o surgimento das indústrias nacionais concentrando-se no eixo Rio-São Paulo (Centro-sul do país). Devido as secas prolongadas, altos índices de pobreza, miséria, falta de emprego, má condição de vida, e principalmente a estrutura agrária presente na região Nordeste, associados ao grande desenvolvimento do Centro-sul motivaram tal fluxo de migrantes.

O latifúndio na região Nordeste expande-se e desenvolve-se graças a inúmeras vantagens oferecidas pelo poder público, enquanto que as pequenas propriedades ficam marginalizadas, não tendo acesso aos recursos de que necessitam para desenvolver-se. A produção agrícola regional acaba seriamente afetada, em razão do tratamento diferenciado oferecido pelo poder público entre as pequenas e as grandes propriedades, favorecendo a concentração fundiária. Tal caráter concentrador traz inúmeras dificuldades ao processo produtivo e acabam gerando consequências importantes na economia e na sociedade, como a migração em massa da população rural, principalmente os pequenos produtores.

A pobreza do Nordeste deriva-se, sobretudo da má distribuição da renda – há um forte contraste entre o nível de vida das classes dominantes e o povo – da grande concentração da propriedade fundiária, do sistema econômico nacional que transformou a região em fornecedora de matérias-primas e de mão-de-obra pouco qualificada para as regiões economicamente mais dinâmicas, e da apropriação das riquezas regionais por grupos econômicos internacionais e de outras áreas do país. (ANDRADE, 1993, p.18)

A frágil economia do Semiárido apoia-se, fundamentalmente na agropecuária de sequeiro, nos minifúndios, é praticada a agricultura de subsistência, são caracterizadas pelo complexo algodão-gado-policultura, nesse meio, as relações capitalistas de produção ainda são muito fracas. O pequeno produtor trabalha visando especialmente seu próprio consumo, pois teria desvantagem vender toda a sua produção para o mercado, para depois obtê-la, beneficiada ou industrializada, isso significa vender a produção (*In natura*) por um preço baixo e ter de readquiri-la por um preço expressivamente superior, tendo como consequência a monetização da economia, ou seja, a circulação de dinheiro é limitada, restringindo-se a compra de bens manufaturados.

Cabe ressaltar, que os contingentes populacionais comumente migram para as regiões de maior dinamismo econômico, que possam oferecer ao migrante, melhores oportunidades de trabalho e sobrevivência. Desse modo, os contingentes migratórios, não se direcionam apenas para as áreas industriais, pois nas últimas décadas, outros setores tornaram-se economicamente dinâmicas e novas alternativas de desenvolvimento surgiram em outras regiões, principalmente a região Nordeste que a partir do processo de inflexão econômica passou a ser detentora de um grande contingente de indústrias oriundas do Centro-sul, onde comumente, continua sobre o domínio dos grandes latifundiários.

A problemática da seca na região Nordeste (abordagem ambiental)

Os relatos históricos e literários a cerca do desenvolvimento econômico do Nordeste, comumente apontam a seca como fator de entrave na região, particularmente na atividade agropecuária, que constitui a sua base produtiva. A seca na região Nordeste, é um fenômeno que ocorre em decorrência das características geográficas com taxas pluviométricas irregulares que lhe confere a predominância de um clima árido e semiárido. Caracterizando-se como um fenômeno sócio econômico, isso porque a estrutura política e social não adapta a economia e a sociedade da região a enfrentar os impactos das secas.

De acordo com Andrade (1999), as secas têm caracterização de serem constantes na história do semiárido nordestino. Levando a migração em larga escala, quando prologam-se por períodos iguais ou superiores há um ano, havendo quatro níveis de dificuldades climáticas: estação seca anual: prolonga-se por seis a oito meses em um ano de pluviometria regular. Nesse período, a safra de alimentos de matérias primas, a alimentação dos rebanhos e a renda (recebida com a venda de animais) serão normais; seca verde: regime de chuvas apresenta-se instável o suficiente para manter viçosa a cobertura vegetal natural. No entanto, é inadequada ao desenvolvimento normal das principais lavouras. A produção agrícola será prejudicada caso não exista a possibilidade de irrigação; seca anual: O regime de chuvas diminui e situa-se entre 100 mm e 300 mm. Ocorrem prejuízos para a lavoura (rendimento abaixo da média). Os animais bovinos, equinos e caprinos alimentam-se do pouco pasto disponível, a renda das famílias depende da venda de animais; seca periódica ou plurianual: É mais rara, mas quando ocorre, em razão da fragilidade da estrutura econômica do Semiárido, leva a uma situação de calamidade pública. Representando um verdadeiro flagelo, por ser de difícil previsão não ocorrendo no período que deveria ser chuvoso, os períodos secos de sete e oito meses, estende-se por dois, três e até quatro anos.

As secas prolongadas ocorrem com frequência no Semiárido nordestino, causando grandes impactos em sua população, provocando perda total das plantações, secam os reservatórios de médio e pequeno porte, o gado é extinto, conseqüentemente há fome, miséria, migração de seus habitantes, repercussões na mídia, surgindo a necessidade da criação de programas emergenciais por parte do governo para amenizar seus efeitos.

O sertão nordestino apresenta as menores incidências de chuvas, isso no âmbito nacional. A restrita presença de

chuvas nessa área é causada pelo tipo de massa de ar aliado ao relevo, essa muitas vezes impede que massas de ar quente e úmida agindo sobre o local causem chuvas. Os longos períodos de estiagem no Sertão são oriundos muitas vezes, da elevação da temperatura das águas do oceano pacífico que segundo Araújo (2000), esse aquecimento é denominado pela classe científica de EL NINÔ, nos anos em que esse fenômeno ocorre o Sertão sofre com intensas secas.

Os impactos das secas afetam não apenas a população rural, mas também a urbana, pois quando a produção agrícola é comprometida por este fenômeno os agricultores são atingidos diretamente devido as perdas irreparáveis dos investimentos feitos nas lavouras, contribuindo para o aumento de crises, já a população urbana será prejudicada indiretamente, no que diz respeito aos produtos alimentares, a oferta diminui e conseqüentemente os preços aumentam e a população em sua maioria tem baixo poder aquisitivo, acarretando sucessivos distúrbios sociais.

Do ponto de vista econômico, o impacto da seca continua a ser extremamente grave, provocando, de um lado aguda crise de produção, notadamente de produto de subsistência, e de outro, severa crise de desemprego. Esta por sua vez, dá origem a graves problemas sociais. (CERQUEIRA, 1983, p.71)

Outros fatores que contribuem para que a região Nordeste seja uma região climaticamente seca, são os grandes desmatamentos e a devastação da caatinga – vegetação típica da região Nordeste que acumula água em seu interior, sendo resistente à seca, e servindo de alimento para os rebanhos nos períodos de estiagens. Como afirma Araújo (2000) o problema da seca na região Nordeste é estrutural, pois a mesma sofre com as secas, devido principalmente a falta de reservatórios para acumular água nos períodos chuvosos.

A seca é o período em que as chuvas são escassas e irregulares e que não ocorre nos períodos esperados, comprometendo o desenvolvimento econômico e social da região, sendo apontada como um dos fatores que entram o processo natural de desenvolvimento da região, resultando em diversos fatores de ordem física e social, e qualquer que seja a concepção a respeito do Nordeste, é necessário abordar em particular seu espaço físico, que possibilitará entender os problemas decorrentes principalmente em razão as secas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As secas prejudicam, sobretudo as camadas sociais mais pobres que não dispõe de recursos suficientes para sobreviverem aos períodos de longa estiagem perdendo tudo que possui, sendo forçados a migrar para o centro-sul, é também momento oportuno para os grandes proprietários adquirirem as terras e o gado dos agricultores que não tem condições de alimentar seus animais e de permanecer em suas terras é a chamada indústria da seca que favorece os grupos econômicos e políticos que a controlam, inviabilizando as políticas criadas para amenizar os efeitos das estiagens.

No entanto, nos últimos este cenário esta mudando, graças a políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas para sobretudo para o desenvolvimento econômico da região Nordeste e a criação de políticas públicas voltadas para convivência com as secas, proporcionando a região, percentuais estatísticas de desenvolvimento outrora não vistos principalmente em relação ao Centro-sul.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. **Trajetória de desenvolvimento local e regional: Uma comparação entre o Nordeste do Brasil e a baixa Califórnia, México.** Rio de Janeiro: E-papers, 2011. 400p.

ANDRADE, M. C. de. **Nordeste: alternativas da agricultura.** Campinas: Papirus, 1988. 77p.

_____. **O Nordeste e a questão regional.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. 70p.

_____. **A problemática da seca.** Recife: Líber gráfica, 1999. 97p.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan, 2000. 392p.

BIGOTTO, J. F. **Geografia sociedade e cotidiano:fundamentos do espaço geográfico.** 2.ed. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste. secas, irrigação, e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: ABID/Campus, 1979. 502p.

CERQUEIRA, P. C. L. **A seca no contexto do Nordeste.** São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/censodemografico/2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

OLIVEIRA, C. M. S. de.; BASTOS, M. S. de B. de M.; SERRA, A. C. Q.; FREIRE, L. L. L. R. Setor terciário. In. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (Orgs.). **Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995).** V.4. Fortaleza: Etene, 1995. p.15 a 23.

FREITAS, E. de. **A industrialização nordestina.** Disponível em: < www.oeconomista.com.br >. Acesso em: 10 de abr. de 2014.